A importância da mediação como intervenção necessária nos conflitos advindos da extinção do vínculo conjugal

The importance of mediation as a necessary intervention in conflicts arising from marital extinction

Victor Siqueira Fiumari¹
Cibele Rodrigues²
João Geraldo Nunes Rubelo³
Helton Laurindo Simoncelli⁴
Renata Jodas Tafner⁵

RESUMO

No trabalho observa-se a evolução do Direito de Família, principalmente a evolução histórica do conceito de família, os principais princípios, apresentando os tipos de famílias existentes e deixando claro que sempre é possível surgir um novo modelo familiar. São apresentadas as formas de constituir uma relação conjugal, sendo ela pelo casamento ou união estável, assim como as formas de extingui-la. É apresentada a mediação como forma de amenizar e facilitar a solução dos conflitos advindos de tais acontecimentos, bem como busca-se demonstrar a real necessidade da aplicação da mediação para que os envolvidos possam realmente chegar a um acordo satisfatório para ambas as partes. Foram utilizados os métodos dedutivos e pesquisas qualitativas e descritivas, levantamentos bibliográficos e pesquisas jurisprudenciais.

Palavras-chave: Direito de Família, Divórcio, Mediação.

ABSTRACT

The research observes the evolution of Family Law, especially the historical evolution of the family's concept, the main principles, presenting the existing family types and making it clear that it is always possible to emerge a new family model. Ways of constituting a marital relationship are presented, whether by marriage or stable union, as well as ways of extinguishing it. Mediation is presented as a way to soften and facilitate the solution of the conflicts arising from such events, as well as to demonstrate the real need about applying the mediation so that those involved can really reach a satisfactory agreement for both parties. Deductive methods, qualitative and descriptive research were used, as well bibliographic surveys and jurisprudential researches.

Keywords: Divorce, Family Law, Mediation.

Introdução

O presente trabalho busca apresentar a evolução histórica do Direito de Família, demonstrando o passado, presente e um possível futuro de tal ramo do

¹Acadêmico do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSALESIANO Campus Araçatuba.

² Profa. Doutora em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSALESIANO Campus Araçatuba.

³ Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

⁴ Coordenador de curso de Direito e Mestre em Direito do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

⁵ Professora do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba, Pedagoga, Doutora em Ciências da Educação (UNIGRAN).

Direito, através de um apanhado de princípios constitucionais e doutrinários, colocando em pauta a necessidade constante de evolução presente na sociedade.

Também será abordado o histórico das relações conjugais e suas maneiras de constituição, sendo ela pelo casamento ou pela união estável, passando pela evolução do instituto do casamento e suas especificidades, bem como a maneira de realizar sua dissolução, através do divórcio. Quanto à união estável, será demonstrada sua equiparação ao casamento, bem como a possibilidade de sua dissolução quando for da vontade dos conviventes.

Além disso, apresenta-se a mediação como um dos métodos alternativos de solução de conflitos, uma maneira humanizada para resolver os conflitos da sociedade, através do diálogo e na busca de um acordo em que ambas as partes sairão contentes e, principalmente, não terão que aguardar por uma decisão de um magistrado que apenas leu algumas páginas sobre o assunto e não vivenciou nada do que as próprias partes vivenciaram. Sendo assim, não existe melhor saída a não ser um acordo entre elas, pois poderão estabelecer regras e requisitos que entenderem necessários para que o acordo possa ser cumprido de forma correta e pensando em um futuro mais distante.

Foram utilizados métodos dedutivos e qualitativos, bem como pesquisas doutrinárias com diversos autores e livros acerca dos temas abordados, além de visitas no CEJUSC de Birigui-SP, para entender algumas especificidades das sessões de mediação na prática, bem como pesquisas jurisprudenciais e consulta ao ordenamento jurídico para um bom embasamento teórico e científico do presente trabalho.

O direito das famílias e sua evolução

Desde o início da existência humana, a família está presente, seja de qual forma for. É da natureza do ser humano ser social, criar laços afetivos e, conseqüentemente, dar origem a uma ou mais famílias. O ser humano busca a felicidade de diversas formas, sendo os laços familiares uma dessas formas, assim como entende Dias (2015, p. 29):

[...] a família é um agrupamento informal, de formação espontânea no meio social, cuja estruturação se dá através do direito. No dizer de Giselda Hironaka, não importa a posição que o indivíduo ocupa na família, ou qual

a espécie de grupamento familiar a que ele pertence - o que importa é pertencer ao seu âmago, é estar naquele idealizado lugar onde é possível integrar sentimentos, esperanças, valores e se sentir, por isso, a caminho da realização de seu projeto de felicidade.

Conforme o tempo passou, o Direito de Família modificou-se, evoluindo cada vez mais, pois o direito acompanha a evolução da sociedade como um todo. Pode-se destacar o Estatuto da Mulher Casada, instituído pela Lei nº 4.121/1962, (BRASIL, 1962), que foi responsável por um dos níveis de evolução do Direito de Família, de forma com que possibilitou a plena capacidade da mulher, e ainda, deu-se o direito à mulher de ter seus próprios bens, adquiridos pelo seu próprio esforço.

Também é importante destacar a Lei nº 6.515/77, conhecida como Lei do Divórcio, que finalmente possibilitou a dissolução do casamento, com certos requisitos, de forma com que o casal pudesse seguir sua vida e contrair novos matrimônios, se desejar.

A Constituição Federal de 1988 teve grande impacto no Direito de Família, pois promoveu a igualdade entre homem e mulher, bem como elencou alguns modelos de família, deixando, em seu texto, a possibilidade de serem criados novos modelos.

Por fim, a Emenda Constitucional nº 66/2010 alterou o art. 226, § 6º da Constituição Federal. O texto legal passou para: *O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio* (BRASIL, 2010), de forma com que a sociedade conjugal pudesse ser dissolvida através do divórcio, sem prévia necessidade de separação por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos, como era exigido no texto anterior à Emenda Constitucional.

Como citado anteriormente, a Constituição Federal de 1988 elencou alguns modelos familiares, compreendidos no art. 226, §§ 3º e 4º (BRASIL, 1988). Entretanto, com a evolução da sociedade, o conceito de família passou a ser fundado na afetividade e igualdade entre os envolvidos, afastando a moralidade religiosa existente antigamente; por exemplo: o casamento, atualmente, não é exclusivamente entre homem e mulher, podendo também ser celebrado por pessoas do mesmo gênero em observância ao princípio da igualdade, bem como o da dignidade da pessoa humana.

Portanto, com toda a mudança vivenciada pelas pessoas, passaram a surgir novos modelos familiares, como a família homoafetiva, poliafetiva, anaparental,

unipessoal, mosaico, substituta, eudemonista, entre outras. Alguns dos modelos familiares sempre existiram na sociedade, porém de maneira informal. Tais modelos não eram reconhecidos como família pelo ordenamento jurídico e os envolvidos não teriam seus direitos assegurados pelo Poder Público.

Constituição e extinção das relações amorosas e conjugais

O ser humano possui diversas características, dentre elas está a vontade de ter laços afetivos, sejam eles amorosos ou não. O ordenamento jurídico brasileiro traz maneiras de constituir tais relações amorosas, fazendo com que os direitos dos envolvidos sejam resguardados pelo Poder Público.

Uma das formas é o casamento civil, que surgiu no ano de 1891, com a Constituição Federal do referido ano. Antes disso, apenas o casamento religioso era celebrado. Ainda após a Constituição Federal de 1891, o casamento continuou a possuir caráter religioso, pois o direito seguia as tradições da época, como bem ensina Dias (2015, p. 145): *Ainda assim, o caráter sagrado do matrimônio foi absorvido pelo direito, tanto que o conceito de família, identificado com o casamento indissolúvel, mereceu consagração em todas as Constituições Federais do Brasil.*

O conceito de casamento modificou-se conforme o passar do tempo, pois, de início, era possível apenas o casamento heterossexual, entre homem e mulher, com o intuito de gerar sua prole e dar continuidade à família. Entretanto, atualmente, é reconhecido o casamento homoafetivo, ou seja, entre pessoas do mesmo sexo, que se amam e desejam formar uma família.

Portanto, o conceito atual de casamento é basicamente o vínculo jurídico criado entre duas pessoas, independente de gênero ou orientação sexual, que desejam ver seus direitos reconhecidos e regulamentados pelo Estado, com intuito de constituir família, principalmente, baseado na afetividade.

No mesmo sentido, ensina Dias (2015, p. 148):

Casamento tanto significa o ato de celebração como a relação jurídica que dele se origina: a relação matrimonial. O sentido da relação matrimonial melhor se expressa pela noção de comunhão de vidas, ou comunhão de afetos. O ato do casamento cria um vínculo entre os noivos, que passam a desfrutar do estado de casados. A plena comunhão de vida é o efeito por excelência do casamento. São de tal ordem as sequelas de natureza patrimonial que não corre prescrição entre os cônjuges.

O Estado abre possibilidade a duas espécies de casamento: o casamento civil, conforme art. 1.512 do Código Civil (BRASIL, 2002) e o casamento religioso com efeitos civis, previsto no art. 1.515 e 1.516 do mesmo diploma legal (BRASIL, 2002). Os dois tipos de casamento são abrangidos pela Constituição Federal de 1988 em seu art. 226, nos § 1º e 2º, respectivamente (BRASIL, 1988).

O casamento é um ato solene e possui diversas características e requisitos, entretanto, existem alguns modos excepcionais de contrair o matrimônio, como por exemplo o casamento por procuração, observando-se o disposto no art. 1.542 do Código Civil (BRASIL, 2002):

Art. 1.542. O casamento pode celebrar-se mediante procuração, por instrumento público, com poderes especiais.

§ 1º A revogação do mandato não necessita chegar ao conhecimento do mandatário; mas, celebrado o casamento sem que o mandatário ou o outro contraente tivessem ciência da revogação, responderá o mandante por perdas e danos.

§2º O nubente que não estiver em iminente risco de vida poderá fazer-se representar no casamento nuncupativo.

§3º A eficácia do mandato não ultrapassará noventa dias.

§4º Só por instrumento público se poderá revogar o mandato

Outro exemplo é o casamento nuncupativo, regido pelo art. 1.540 e 1.541 do Código Civil (BRASIL, 2002), em que há a possibilidade da realização do casamento quando uma pessoa está correndo risco de vida e deseja casar-se. Nessa forma, não é necessário observar os requisitos legais do casamento civil comum, bastando apenas a presença de 06 testemunhas que não possuam parentesco com os noivos.

Além do casamento, é possível que as pessoas se relacionem e constituam uma união estável e, com o advento da Constituição Federal de 1988, (BRASIL, 1988) houve o reconhecimento específico da união estável, onde, em seu art. 226, § 3º, demonstra a existência desta união, bem como a necessidade da proteção estatal em relação à esse modelo familiar. Contudo, o Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002) também regulamenta a união estável, conceituando-a de forma específica em seu art. 1.723: *É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.* A união estável atualmente é regulamentada pelos artigos. 1.723 a 1.727 do Código Civil, (BRASIL, 2002), além de serem aplicados outros diversos artigos de legislações esparsas, em complemento aos

presentes no Código Civil.

De início, como conceituado – e ainda não modificado – no art. 1.723, (BRASIL, 2002) a união estável era possível apenas se os companheiros fossem homem e mulher, tratando apenas de relações heterossexuais. Entretanto, tal requisito já não é mais aplicado pelo mesmo fundamento que não se aplica ao casamento, preservando a dignidade da pessoa humana, bem como a livre formação familiar. Portanto, é possível a união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Os laços emocionais e afetivos, por mais genuínos que sejam, podem acabar chegando ao fim por diversos motivos. Pode ser que, após um tempo de convivência, o casal não se dê bem; que o amor não seja suficiente para continuarem juntos; que algum fato ocorra durante o convívio do casal que eles prefiram extinguir a sociedade conjugal; ou até mesmo casos de violência doméstica, caso este que é bem mais grave e, da mesma forma, deve gerar o fim do vínculo entre o casal.

Para que tal vínculo cesse, não basta a separação de fato dos envolvidos. A simples separação do casal pode sim ensejar um futuro divórcio ou dissolução da união estável, entretanto, para que a relação conjugal esteja realmente finda, é necessário o requerimento judicial ou extrajudicialmente.

De acordo com o art. 1.571 do Código Civil, são quatro as hipóteses do fim da sociedade conjugal, sendo eles: Art. 1.571. *A sociedade conjugal termina: I - pela morte de um dos cônjuges; II - pela nulidade ou anulação do casamento; III - pela separação judicial; IV - pelo divórcio.* (BRASIL, 2002)

Será abordado o inciso IV, o divórcio, tendo em vista que, das possibilidades acima, apenas o divórcio e a separação judicial terão oportunidade de realizar uma audiência de conciliação ou mediação. Também será abordado o reconhecimento e dissolução da união estável que, embora não esteja presente em um dos incisos do art. 1.571 do Código Civil (BRASIL, 2002), também é uma forma de dissolução do vínculo jurídico entre os envolvidos, tendo em vista que a união estável possui efeitos equiparados ao matrimônio.

O divórcio na sociedade atual passou por diversas mudanças e evoluções, tendo em vista que, em um passado não tão distante, o casamento só poderia ser dissolvido pela morte ou mediante o desquite, que não possibilitava às partes a possibilidade de contrair novas núpcias. Atualmente, o divórcio pode ser requerido tanto judicialmente como extrajudicialmente, observando os requisitos legais,

porém de uma forma muito mais fácil e saudável aos envolvidos, que estão passando por um momento conturbado em suas vidas.

A união estável, quando for da vontade dos companheiros, deverá ser extinta através da ação de dissolução de união estável. Na maioria dos casos práticos, no momento em que os companheiros decidem realizar a dissolução, a união estável sequer está reconhecida. Portanto, nestes casos, primeiramente é necessário realizar o reconhecimento da união estável, seja judicial ou extrajudicialmente e, após, realizar a dissolução desta união.

Tanto o divórcio quanto a dissolução da união estável podem gerar diversos efeitos, dependendo do caso, como por exemplo: se houver filhos menores, gerará o direito a alimentos, guarda e visitas. Se o casal possuía bens, será necessário realizar a partilha de bens, observando-se o regime de bens escolhido no ato do casamento. Importante lembrar que, no caso da união estável, o regime de bens é presumido, sendo o da comunhão parcial de bens.

A mediação como intervenção necessária nos conflitos conjugais

Em um determinado momento da história, o Estado, ao assumir a função jurisdicional, tomou para si a responsabilidade de resolver os conflitos da vivência dos cidadãos. Entretanto, não era desta forma antigamente, como explica Pantoja (2016, p. 55):

Nem sempre coube ao Estado, na história da humanidade, o papel de pacificar os conflitos inerentes à vida em comunidade. Nas sociedades primitivas, os litígios eram solucionados por métodos informais e rudimentares, mediante uso da força física (autotutela); por meio da realização de acordo entre os litigantes, com sacrifício total ou parcial de seus interesses (autocomposição; ou através da eleição de terceiros de mútua confiança, em geral sacerdotes ou anciãos, para julgar os conflitos (hererocomposição ou arbitragem). Com a evolução da sociedade, criou-se a figura do Estado, incumbindo das funções essenciais de administrar, legislar e julgar. Sem dúvida, uma das grandes conquistas da civilização foi justamente a assunção, por um dos Poderes do Estado – Judiciário – do poder-dever de prestar com exclusividade a jurisdição. Consiste em atividade jurisdicional, promovida por meio de processo judicial, na intervenção de um juiz em um conflito entre duas ou mais partes, impondo-lhes uma solução conforme a lei.

O Estado chegou a um ponto em que precisou buscar novos métodos de solução de conflitos, e foi através da Resolução nº 125 que o Conselho Nacional de Justiça – CNJ (BRASIL, 2010) dispôs sobre a Política Judiciária Nacional de

tratamento adequado de conflitos, de interesse no âmbito do Poder Judiciário.

A Resolução n. 125 do CNJ (BRASIL, 2010) foi um divisor de águas para aplicação de métodos alternativos e consensuais de solução de conflitos. A partir daí, seguindo suas orientações, os Tribunais criaram os Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC, tendo dentre suas atribuições, a de promover a instalação e fiscalização dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs, unidades que devem, necessariamente, abranger os setores de solução de conflitos pré-processuais e processuais, e setor de cidadania. Watanabe (2011, p. 80) expõe os pontos que entende mais importantes da Resolução nº 125 do CNJ:

a) atualização do conceito de acesso à justiça, não como mero acesso aos órgãos judiciários e aos processos contenciosos, e, sim, como acesso à ordem justa; b) direito de todos os jurisdicionados à solução de conflitos de interesses pelos meios mais adequados a sua natureza e peculiaridade, inclusive com a utilização dos mecanismos alternativos de resolução de conflitos, como a mediação e a conciliação; c) obrigatoriedade de oferecimento de serviços de orientação e informação e de mecanismos alternativos de resolução de controvérsias, além da solução adjudicada por meio de sentença; d) preocupação pela qualidade desses serviços de resolução de conflitos, com a adequada capacitação, treinamento e aperfeiçoamento permanente dos mediadores e conciliadores; e) disseminação da cultura de pacificação, com apoio do CNJ aos tribunais na organização dos serviços de tratamento adequado de conflitos, e com a busca da cooperação de órgãos públicos e das instituições públicas e privadas da área de ensino, com vistas à criação de disciplinas que propiciem o surgimento da cultura da solução pacífica dos conflitos de interesses; f) é imposta aos Tribunais a obrigação de criar: 1. Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos; 2. Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania; 3. cursos de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de mediadores e conciliadores, “com a observância do conteúdo programático e carga horária mínimos estabelecidos pelo CNJ”; 4. banco de dados para a avaliação permanente do desempenho de cada Centro; 5. cadastro dos mediadores e conciliadores que atuem em seus serviços.

Além disso, a Resolução nº 125/2010, do CNJ, (BRASIL, 2010) regulamenta aos conciliadores e mediadores, a capacitação, o credenciamento nos cadastros dos Tribunais, o Código de Ética a ser seguido, pautado nos princípios norteadores de conduta, estabelecido em seu Anexo III.

A mediação foi disciplinada pela Lei nº 13.140/2015, conhecida como Lei da Mediação, que regulamentou o instituto da mediação e toda a sua aplicação (BRASIL, 2015). O novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, demonstra o incentivo aos métodos consensuais de solução de conflitos no §3º do

art. 3º: *A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial* (BRASIL, 2015).

Nos dias atuais, a mediação é aplicada principalmente nos processos de direito de família, com o objetivo de conscientizar as partes da seriedade de seus atos, bem como chegarem a um acordo em que ambos fiquem satisfeitos.

A mediação é regida por princípios que norteiam seus procedimentos e as condutas dos mediadores; princípios estes que são encontrados na Resolução 125/2010 e na Lei da Mediação (Lei n. 13.140/2015).

Entretanto, no Código de Processo Civil (BRASIL, 2015), o legislador optou por citar apenas alguns deles no art. 166, que versa: *A conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, imparcialidade, autonomia da vontade, confidencialidade, oralidade, informalidade e decisão informada*

É importante frisar o princípio da autonomia da vontade das partes, pois este princípio protege os envolvidos de qualquer arbitramento ou tentativa coercitiva de realizar um acordo em que uma das partes não esteja confortável.

Gonçalves (2016, p. 255/256) leciona sobre o assunto:

Para que haja a solução consensual, é preciso que as partes tenham a vontade livre e desembaraçada, e que possam emití-la de forma não viciosa. Sendo a autocomposição uma forma de transação, exige-se para a sua efetivação o mesmo que se exige para a celebração dos acordos de vontade em geral. E, entre tais exigências, está de que a vontade possa ser emitida livremente, sem vícios. Daí a preocupação do legislador em que não haja constrangimento ou intimidação por parte dos conciliadores ou mediadores. O princípio da autonomia da vontade aplica-se, inclusive, à definição das regras procedimentais. A serem observada pela conciliação e mediação (art. 166, § 4º) e permite às partes escolher, de comum acordo, o conciliador, mediador ou câmara privada de conciliação e de mediação (art. 168)

Portanto, não haverá composição se uma das partes não concordar com os termos, sendo sempre possível modificar os termos e requisitos existentes no acordo para que ambas as partes saiam satisfeitas.

Nas ações de divórcio e dissolução de união estável, o juiz designa audiência de mediação antes mesmo da apresentação de contestação pela parte requerida, exceto quando ambas as partes demonstrem não ter interesse na audiência, conforme expõe o art. 334 do Código de Processo Civil (BRASIL, 2015):

Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência

Ainda, nos §§ 4º e 5º do mesmo artigo (BRASIL, 2015), é demonstrada a exceção, em que não será realizada a audiência:

§ 4º A audiência não será realizada: I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual; II - quando não se admitir a autocomposição. § 5º O autor deverá indicar, na petição inicial, seu desinteresse na autocomposição, e o réu deverá fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

As sessões de mediação são muito diferentes de uma audiência judicial comum, tendo em vista que o foco da audiência de mediação não é atribuir quem é culpado e quem é inocente, nem analisar provas ou realizar julgamentos. Na audiência de mediação, busca-se unicamente restabelecer a comunicação entre as partes para que elas possam tomar uma melhor decisão para si mesmas. Na maioria das vezes, após restabelecer o diálogo entre elas, percebe-se que os interesses das partes diferem em muito do próprio pedido pleiteado na petição inicial.

A partir do diálogo, é possibilitado às partes exporem seus reais interesses e, ao mesmo tempo, libertarem-se de possíveis mágoas, chegando assim a uma possibilidade maior de gerar um acordo entre eles e que tal decisão traga resultado favorável a todos os envolvidos no núcleo familiar, ainda mais se houver filhos menores.

Ainda que essa solução não venha de imediato, é possível que sejam realizadas várias sessões, quantas forem necessárias, de forma que contribua com a solução consensual do conflito, mas com a devida cautela para que evite o perecimento do direito tutelado.

Como já citado, especialmente nos casos que envolvem filhos menores, esta é a oportunidade de resgatar o vínculo familiar, não necessariamente com a intenção de uma reconciliação do casal, mas para gerar um entendimento, assim possibilitando o diálogo e respeito mútuo entre os ex parceiros, tendo em vista que o poder familiar é algo que será mantido, embora o relacionamento tenha terminado. Tal afirmação é lecionada também por Dias (2015, p. 464):

Durante o casamento (CC 1. 566 IV) e na vigência da união estável (CC 1. 724) ambos são detentores do poder familiar. E, rompido o vínculo de convívio, o poder familiar segue exercido pelos dois, independente de quem detém sua guarda. A unidade da família não se confunde com a convivência do casal, é um elo que se perpetua independentemente da relação dos genitores.

A mediação nas ações de família pode ser chamada de justiça humanizada, uma forma mais pura de pacificação social, buscando sempre a harmonização entre os envolvidos, bem como o bem estar das partes, pois são elas que terão participado, de forma ativa, da decisão. Desta forma, entende Calmon (2007, p. 125):

Considerando que a participação social é um dos escopos do processo, ainda distintamente de ser plenamente atingido, torna-se claro que, ao serem oferecidas diversas alternativas, à solução dos conflitos, amplia-se a possibilidade de participação popular no sistema de decisões.

São oferecendo as diferentes alternativas de solução do conflito aos envolvidos que-se podea chegar perto de uma solução justa e harmônica, a qual conseqüentemente, surtirá efeitos mais duradouros.

Em muitos dos casos de extinção do vínculo conjugal, ocorre o afastamento entre genitor e filho, seja por desentendimentos entre os genitores ou mesmo por situações de violência. A mediação ajuda a conscientizar os envolvidos a traçarem um futuro mais saudável, trabalhando com o psicológico dos genitores a necessidade de manter o filho em contato com o pai, mantendo o vínculo paterno e, inclusive, na maioria das vezes, prevenindo a alienação parental. Como leciona Calmon (2007, p. 127):

Os objetivos da mediação familiar são: a continuação das relações paternas, para manutenção da estabilidade e significativos relacionamentos do filho com ambos os pais; a responsabilidade conjunta nas decisões a serem tomadas em relação aos filhos; o equilíbrio entre deveres e direitos dos pais junto aos filhos; a comunicação entre os genitores para levarem a diante um projeto educativo compartilhado; a colaboração dos pais na gestão dos filhos; o clima de confiança recíproca que permite manter um nível de respeito recíproco entre os pais.

Portanto, como já exposto anteriormente, a mediação pode também servir como uma prevenção à alienação parental, tema hoje tão discutido na área do direito e da psicologia. Uma das maiores causas da alienação parental é a falta de diálogo

entre os genitores, que buscam atingir o outro, utilizando a criança, não permitindo o contato, etc. A partir do momento que a mediador atua no caso e percebe a possibilidade da existência futura de alienação parental, ele fará com que as partes busquem manter um diálogo saudável entre eles, explicando sempre a necessidade dos pais manterem um bom relacionamento (não necessariamente amoroso), para que o filho tenha um bom desenvolvimento.

Assim, os pais podem sair da sessão de mediação conscientizados, e assim diminuindo os riscos de que um deles utilize a criança como um meio para atingir o outro futuramente.

Considerações finais

Pôde-se observar que o Direito de Família, como ciência humana, evolui e adapta-se conforme as necessidades da sociedade como um todo, bem como os costumes existentes em um certo período temporal. Com o passar dos anos, o Direito de Família tornou-se muito mais abrangente e passou a levar em consideração primeiramente as relações de afeto, dando um maior valor ao princípio da afetividade, bem como ao da dignidade da pessoa humana.

Além disso, os modelos de família atuais não são apenas modelos pré-estabelecidos, mas sim modelos que surgiram pela própria evolução do cenário da sociedade e que foi adicionado ao Direito de Família, como por exemplo as famílias homoafetivas que, em tempos atrás, acreditava-se que jamais poderia ser considerada como uma família. É importante entender que os diversos conceitos de família, bem como os modelos existentes, estão em constante mudança e construção, pois a sociedade tende a sempre evoluir e abrir espaço às novas famílias e novos costumes.

A Mediação é desenvolvida através de um mediador capacitado que busca estabelecer um diálogo entre as partes, em que, na maioria das vezes, estão em um momento conturbado e não pretendem conversar sobre os reais problemas que os trouxeram ali. Na maioria dos casos, apenas o diálogo resolve o problema e as partes podem sair da sessão de mediação com um acordo consideravelmente bom para ambos os lados.

Observou-se que, nos casos de divórcio ou dissolução de união estável, é necessária uma atenção especial, tendo em vista os efeitos que tais institutos trazem

consigo: partilha de bens, e quando houver filho menor, alimentos, guarda e visitas.

Tais particularidades são abordadas pelo mediador que buscará também restabelecer o diálogo entre as partes e, principalmente, conscientizar os pais da necessidade de um bom relacionamento entre eles, embora a relação amorosa tenha chegado ao fim, para que seu filho possa crescer de uma forma saudável e tenha um desenvolvimento familiar adequado, sem traumas e problemas futuros.

Por fim, concluiu-se que, com a conscientização aplicada pelo mediador às partes, a efetivação dos direitos e deveres futuros ao divórcio ou dissolução da união estável é maior, podendo, inclusive, prevenir a alienação parental, tendo em vista que os genitores saberão as reais necessidades dos filhos e buscarão colocar o filho em primeiro lugar.

Referências Bibliográficas

BRASIL, **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em 25 ago. 2019.

_____. **Código de Processo Civil**. Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm> Acesso em: 25 ago. 2019.

_____. (Constituição 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 25 ago. 2019.

_____. Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. **Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4121.htm>. Acesso em: 25 ago. 2019

_____. Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. **Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6515.htm>. Acesso em: 27 ago. 2019.

_____. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. **Dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm>. Acesso em: 25 ago. 2019

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da Mediação e da Conciliação**. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução 125**, de 29 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2579>>. Acesso em 25 ago. 2019.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 10^a ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito processual civil esquematizado. Coleção esquematizado**. Pedro Lenza (Coord). 8. ed. – São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <<https://direitom1universo.files.wordpress.com/2016/06/ncpc-marcus-vinicius-rios-gonc3a7alves-esquematizado-2016.pdf>>. Acesso em 25 ago. 2019

PANTOJA, Fernanda Medina. **Técnicas e procedimentos de mediação no novo código de processo civil**. In: ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de; PANTOJA, Fernanda Medina; PELAJO, Samantha (Coord.). *A Mediação no Novo Código de Processo Civil*. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

WATANABE, Kazuo. **Política Pública do Poder Judiciário Nacional para tratamento adequado dos conflitos de interesses**. PELUZO, Min. Antônio Cezar e RICHA, Morgana de Almeida (Coords.). *Conciliação e mediação: estruturação da política judiciária nacional*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.